

# **CENTRO SOCIAL DE SÃO JOÃO DO CAMPO**

## **Relatório e Contas**

**Exercício 2017**

# RELATÓRIO DE GESTÃO

No cumprimento das disposições Estatutárias, a Direcção da Centro Social de São João do Campo, vem apresentar e submeter o Relatório de Gestão e Contas relativo ao exercício de 2017, para que seja apreciado pelo órgão deliberativo a correspondente Conta Anual da Instituição.

Este é sem dúvida um ato da maior importância e significado para a nossa Instituição, no qual, de uma forma responsável e transparente, a direcção apresenta a seu desempenho do ano transato.

Assim, este relatório tem como objetivos:

1. Explicitar os aspetos mais relevantes da atividade financeira da Instituição, no que concerne ao desempenho económico e financeiro, nos domínios dos rendimentos/receitas, dos gastos/despesas e de tesouraria;
2. Apresentar a situação económica relativa ao exercício, analisando a evolução da gestão nos diferentes sectores da atividade, designadamente no que respeita ao investimento, dívidas de curto prazo, médio e longo prazos, financiamento externo e condições de funcionamento;
3. Analisar a situação financeira da Instituição, do ponto de vista patrimonial, considerando o balanço e a demonstração de resultados.

Neste momento em que se avalia a capacidade de execução que foi proposta em Plano de Actividades e Orçamento, confronta-se o que se propôs para o exercício de 2017 com o que foi efectivamente realizado pela direcção em funções.

## AGRADECIMENTOS

No decurso do exercício das nossas funções sempre encontramos nos Colaboradores da Instituição, nos Fornecedores, nos Parceiros, na Segurança Social, na Junta de Freguesia de São João do Campo, na Câmara Municipal de Coimbra e na população em geral a boa colaboração e o empenhamento necessários, para ultrapassar as dificuldades.

Coimbra, ?? Março de 2018

A Direção

# ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

## Análise da Estrutura e do Balanço

O Balanço apresenta a posição do património da Instituição, referente ao encerramento do exercício estruturando-se através das massas do Ativo e do Passivo, desenvolvidas cada uma delas em agrupamentos que representam elementos patrimoniais homogéneos:

- O Ativo reconhece os bens e direitos, assim como os possíveis gastos diferidos;
- O Passivo reconhece as obrigações e os rendimentos diferidos;
- Fundos Patrimoniais, é a diferença entre o Passivo e o Ativo.

## Estrutura dos Ativos

A estrutura da Instituição, bem como a sua evolução no exercício 2017, face ao balanço final à data de 31/12/2016, é a que a seguir se apresenta:

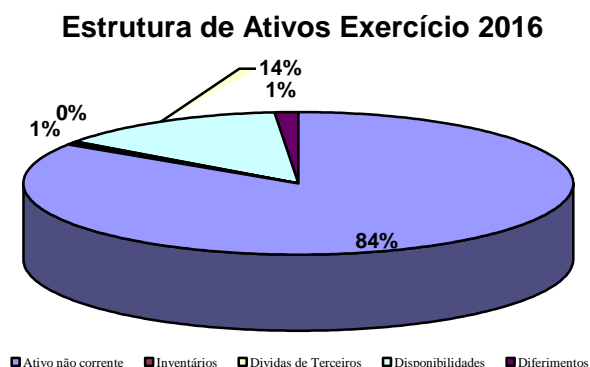
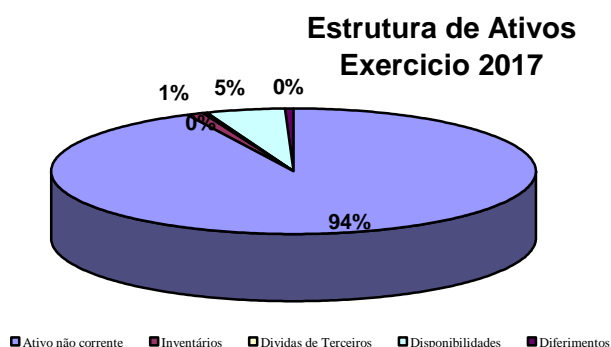
**Quadro n.º 1**  
Estrutura e Evolução Patrimonial da Instituição

Descrição	Exercício 2017		Exercício 2016		Varição
	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativo não corrente	130,299.53	91.27%	142,138.09	99.56%	-11,838.56
Existências	1,905.70	1.33%	1,136.57	0.80%	769.13
Dívidas de terceiros	495.73	0.35%	266.88	0.19%	228.85
Disponibilidades	9,313.38	6.52%	23,118.32	16.19%	-13,804.94
Diferimentos	750.81	0.53%	2,239.33	1.57%	-1,488.52
<b>Ativo</b>	<b>142,765.15</b>	<b>100.00%</b>	<b>168,899.19</b>	<b>118.31%</b>	<b>-26,134.04</b>
Fundo Social	126,237.85	106.35%	138,724.85	116.87%	-12,487.00
Resultados	-7,537.78	-6.35%	3,678.48	3.10%	-11,216.26
<b>Fundos Próprios</b>	<b>118,700.07</b>	<b>100.00%</b>	<b>142,403.33</b>	<b>119.97%</b>	<b>-23,703.26</b>
Dívidas a terceiros - M/L prazo		0.00%		0.00%	0.00
Dívidas a terceiros - curto prazo	24,065.08	100.00%	26,495.86	110.10%	-2,430.78
Diferimentos		0.00%		0.00%	0.00
<b>Passivo</b>	<b>24,065.08</b>	<b>100.00%</b>	<b>26,495.86</b>	<b>110.10%</b>	<b>-2,430.78</b>

Pelos valores apresentados constata-se que o Ativo diminuiu cerca de 26 mil euros nesta época e os fundos próprios diminuíram cerca de 23 mil euros.

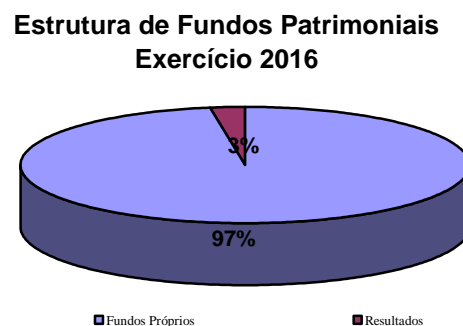
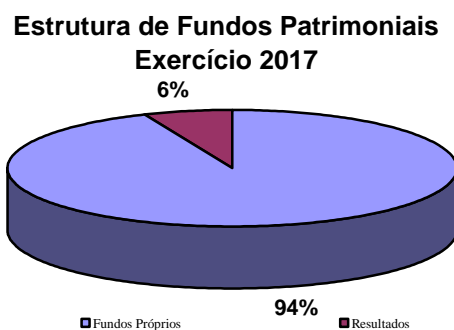
A estrutura dos Ativos é a que a seguir se apresenta graficamente sendo que, as variações mais significativas, em termos absolutos, ocorreram nas Dívidas de e a Terceiros e nas Disponibilidades.

Figura n.º 1



**Estrutura dos Fundos Próprios**

Figura n.º 2



À data de 31 de Dezembro de 2017, os Fundos Patrimoniais da Instituição eram de 118.700,07€. Os Resultados Líquidos do Exercício situam-se nos -7.537,78 €.

## Estrutura do Passivo

O Passivo da Instituição resume-se dívidas a terceiros com 24.065,08 €.

Figura n.º 3



## Demonstração de Resultados

No que respeita à atividade desenvolvida ao longo do ano económico, verificou-se um total de gastos no montante de 198.511,29 € e de rendimentos no valor de 190.973,51 €. Desta situação resultou um resultado líquido negativo de 7.537,78 €, que se reflete do seguinte modo:

**Quadro n.º 2**  
Demonstração de Resultados Executado vs. Orçamentado

(valores em euros)		
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PREVISIONAIS	GASTOS	RENDIMENTOS
Descrição		
61 Custo das mercadorias vendidas	29,623.37	
62 Fornecimentos e serviços externos	32,827.19	
63 Gastos com o pessoal	113,509.54	
64 Gastos de depreciação e amortização	20,135.97	
65 Perdas por imparidade		
66 Perdas por reduções de justo valor		
67 Provisões do exercício		
68 Outros gastos e perdas	2,396.50	
69 Gastos e perdas de financiamento	18.72	
71 Vendas		0.00
72 Prestações de serviços		85,526.77
73 Variações nos inventários da produção		
74 Trabalhos para a própria entidade		
75 Subsídios, doações e legados à exploração		88,439.24
76 Reversões		
77 Ganhos por aumentos de justo valor		
78 Outros rendimentos e ganhos		17,007.50
79 Juros, dividendos e outros rendimentos		0.00
<b>Totais</b>	<b>198,511.29</b>	<b>190,973.51</b>
<b>RESULTADO</b>	<b>-7,537.78</b>	

Uma análise de estrutura permite-nos concluir que, em termos de custos, o maior peso se concentra nos gastos com Pessoal (57,10%), seguido dos Fornecimentos e Serviços Externos (16,5%).

Relativamente aos rendimentos verifica-se que a sua origem está repartida pelas Prestações de Serviços (44,78%) e Subsídios à Exploração (46,31%).



**Quadro n.º 3**  
Gastos e Perdas (Executado vs. Orçamentado)

Descrição	(valores em euros)			
	Orçamento 2017	Execução 2017	Desvio Orçamento	Execução 2016
<b>Gastos e perdas</b>				
61 Custo das mercadorias vendidas	33,922.07	29,623.37	-4,298.70	33,388.97
62 Fornecimentos e serviços externos	31,903.04	32,827.19	924.15	34,766.69
63 Gastos com o pessoal	130,395.23	113,509.54	-16,885.69	104,628.02
64 Gastos de depreciação e amortização	13,343.65	20,135.97	6,792.32	20,505.96
65 Perdas por imparidade	0.00	0.00	0.00	0.00
66 Perdas por reduções de justo valor	0.00	0.00	0.00	0.00
67 Provisões do exercício	0.00	0.00	0.00	0.00
68 Outros gastos e perdas	3,665.00	2,396.50	-1,268.50	2,838.88
69 Gastos e perdas de financiamento	150.00	18.72	-131.28	58.43
<b>Totais Classe</b>	<b>213,378.99</b>	<b>198,511.29</b>	<b>-14,867.70</b>	<b>196,186.95</b>

O total de gastos e perdas previstos, em sede de orçamento, para o exercício de 2017 foi de 213.378,99 euros. O realizado foi de 198.511,29 euros. Relativamente ao orçamento, regista-se um desvio de 14.511,29 euros.

**Quadro n.º 4**  
Custos das Mercadorias vendidas (Executado vs. Orçamentado)

GASTOS	(valores em euros)			
	Orçamento 2017	Execução 2017	Desvio Orçamentado	Execução 2016
<b>61 CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS</b>	<b>33,922.07</b>	<b>29,623.37</b>	<b>-4,298.70</b>	<b>33,388.97</b>
<b>612 MATERIAS-PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO</b>	<b>33,922.07</b>	<b>29,623.37</b>	<b>-4,298.70</b>	<b>33,388.97</b>
6121 MATERIAS-PRIMAS	33,922.07	29,623.37	-4,298.70	33,388.97
<b>614 MATERIAIS DE CONSUMO</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>

A rubrica de custos das mercadorias registou um desvio negativo de 4.298,70 euros, isto é, não ultrapassou o orçamentado.

### Quadro n.º 5 Fornecimentos e Serviços Externos (Executado vs. Orçamentado)

GASTOS	Orçamento	Execução	Desvio	Execução
	2017	2017	Orçamentado	2016
<b>62 FORNECIMENTOS E SERV. EXTERNOS</b>	<b>31,903.04</b>	<b>32,827.19</b>	<b>924.15</b>	<b>34,766.69</b>
621 SUBCONTRATOS	0.00	0.00	0.00	0.00
<b>622 SERVIÇOS ESPECIALIZADOS</b>	<b>8,729.88</b>	<b>6,387.23</b>	<b>-2,342.65</b>	<b>10,218.50</b>
6221 TRABALHOS ESPECIALIZADOS	4,674.51	3,690.21	-984.30	5,153.33
6222 PUBLICIDADE E PROPAGANDA	250.00	80.00	-170.00	
6223 VIGILANCIA E SEGURANÇA	100.00		-100.00	
6224 HONORÁRIOS	1,000.00		-1,000.00	1,800.00
6225 COMISSÕES	0.00		0.00	
6226 CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO	2,705.37	2,617.02	-88.35	3,265.17
<b>623 MATERIAIS</b>	<b>3,478.03</b>	<b>2,692.85</b>	<b>-785.18</b>	<b>2,983.86</b>
6231 FERRAM. E UTENS. DESG. RÁPIDO	2,817.51	1,862.43	-955.08	2,331.84
6232 LIVROS E DOC. TÉCNICA/REVISTAS	50.00		-50.00	
6233 MATERIAL DE ESCRITÓRIO	560.52	830.42	269.90	652.02
6234 ARTIGOS PARA OFERTA	50.00		-50.00	
<b>624 ENERGIA E FLUIDOS</b>	<b>13,348.30</b>	<b>16,001.86</b>	<b>2,653.56</b>	<b>12,891.29</b>
6241 ELECTRICIDADE	2,969.19	4,176.51	1,207.32	3,475.45
6242 COMBUSTÍVEIS	7,115.27	10,545.24	3,429.97	8,023.45
6243 ÁGUA	1,263.84	1,280.11	16.27	1,392.39
6248 OUTROS (Outros fluidos)	2,000.00		-2,000.00	
<b>625 DESLOCAÇÕES, ESTADAS E TRANSPORTES</b>	<b>50.00</b>	<b>0.00</b>	<b>-50.00</b>	<b>1.60</b>
6251 DESLOCAÇÕES E ESTADAS	50.00		-50.00	1.60
6252 TRANSPORTES DE PESSOAL	0.00		0.00	
6253 TRANSPORTE DE MERCADORIAS	0.00		0.00	
<b>626 SERVIÇOS DIVERSOS</b>	<b>6,296.83</b>	<b>7,745.25</b>	<b>1,448.42</b>	<b>8,671.44</b>
6261 RENDAS E ALUGUERES	0.00		0.00	
6262 COMUNICAÇÃO	1,051.21	1,181.37	130.16	1,197.32
6263 SEGUROS	1,331.63	2,573.02	1,241.39	1,950.59
6265 CONTENCIOSO E NOTARIADO	0.00		0.00	
6266 DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO	0.00		0.00	
6267 LIMPEZA, HIGIENE E CONFORTO	3,291.76	3,204.33	-87.43	4,691.00
<b>6268 OUTROS SERVIÇOS</b>	<b>622.23</b>	<b>786.53</b>	<b>164.30</b>	<b>832.53</b>

Do quadro anterior, constata-se que a rubrica de fornecimentos e serviços externos ultrapassou o orçamentado em 924,15 euros.

### Quadro n.º 6 Gastos com pessoal (Executado vs. Orçamentado)

GASTOS	Orçamento	Execução	Desvio	Execução
	2017	2017	Orçamentado	2016
<b>63 GASTOS COM PESSOAL</b>	<b>130,395.23</b>	<b>113,509.54</b>	<b>-16,885.69</b>	<b>104,628.02</b>
<b>632 REMUNERAÇÕES DO PESSOAL</b>	<b>105,703.74</b>	<b>91,798.72</b>	<b>-13,905.02</b>	<b>76,714.77</b>
6321 VENCIMENTO BASE	89,473.14	71,828.73	-17,644.41	64,007.33
6322 SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO	6,271.80	153.36	-6,118.44	9,300.58
6323 SUBSÍDIO DE FERIAS / NATAL	6,271.80	11,571.36	5,299.56	2,766.36
6324 OUTROS (PRÊMIO)	600.00		-600.00	
6325 DIURNIDADES	3,087.00	8,245.27	5,158.27	640.50
6327 ABONO PARA FALHAS	0.00		0.00	
6329 OUTROS	0.00		0.00	
<b>635 ENCARGOS SOBRE REMUNERAÇÕES</b>	<b>22,572.58</b>	<b>20,201.84</b>	<b>-2,370.74</b>	<b>18,674.55</b>
<b>636 SEGUROS DE ACIDENTES TRABALHO</b>	<b>1,713.29</b>	<b>1,386.08</b>	<b>-327.21</b>	<b>968.29</b>
<b>637 GASTOS DE ACÇÃO SOCIAL</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>
<b>638 OUTROS GASTOS COM PESSOAL</b>	<b>405.62</b>	<b>122.90</b>	<b>-282.72</b>	<b>8,270.41</b>

A rubrica de gastos com pessoal registou um total de 11.509,54 euros e um desvio de 16.885,69 euros.

**Quadro n.º 7**  
Rendimentos e Ganhos (Executado vs. Orçamentado)

Descrição	Orçamento	Execução	Desvio	Execução
	2017	2017	Orçamento	2016
<b>Rendimentos e ganhos</b>				
71 Vendas	0,00	0,00	0,00	0,00
72 Prestações de serviços	77.537,12	85.526,77	7.989,65	85.082,99
73 Variações nos inventários da produção	0,00	0,00	0,00	0,00
74 Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00	0,00	0,00
75 Subsídios, doações e legados à exploração	122.605,48	88.439,24	-34.166,24	97.172,97
76 Reversões	0,00	0,00	0,00	0,00
77 Ganhos por aumentos de justo valor	0,00	0,00	0,00	0,00
78 Outros rendimentos e ganhos	13.343,65	17.007,50	3.663,85	17.609,47
79 Juros, dividendos e outros rendimentos	15,00	0,00	-15,00	0,00
<b>Totais Classe</b>	<b>213.501,25</b>	<b>190.973,51</b>	<b>-22.527,74</b>	<b>199.865,43</b>

O total de rendimentos e ganhos previstos, em sede de orçamento, para o exercício de 2017 foi de 213.501,25 euros. O realizado foi de 190.973,51 euros. Relativamente ao orçamento, regista-se um desvio de 22.527,74 euros.

**Quadro n.º 8**  
Vendas e Prestações de Serviços (Executado vs. Orçamentado)

RENDIMENTOS	Orçamento	Execução	Desvio	Execução
	2017	2017	Orçamentado	2016
71 VENDAS	0,00	0,00	0,00	0,00
72 PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	77.537,12	85.526,77	7.989,65	85.082,99
722 QUOTIZAÇÕES E JOIAS			0,00	
725 MENSALIDADES	77.037,12	85.526,77	8.489,65	85.082,99
728 OUTROS	500,00		-500,00	

A rubrica de prestações de serviços registou um total de 85.526,77 euros e um desvio de 7.989,65 euros.

**Quadro n.º 9**  
Subsídios à Exploração (Executado vs. Orçamentado)

RENDIMENTOS	Orçamento	Execução	Desvio	Execução
	2017	2017	Orçamentado	2016
75 SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO	122.605,48	88.439,24	-34.166,24	97.172,97
751 SUBSÍDIOS DOS ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	88.805,48	82.875,54	-5.929,94	82.578,77
7511 SEGURANÇA SOCIAL	74.436,25	67.920,76	-6.515,49	72.275,40
7512 SUBSÍDIOS OUTROS ORGANISMOS SECTOR PÚBLICO	11.369,23	13.070,99	1.701,76	8.865,25
7515 AUTARQUIAS	3.000,00	1.883,79	-1.116,21	1.438,12
752 SUBSÍDIOS DE OUTRAS ENTIDADES	33.800,00	5.563,70	-28.236,30	14.594,20
7524 DONATIVOS	33.800,00	5.563,70	-28.236,30	14.594,20

Do quadro anterior, constata-se que a rubrica de subsídios à exploração ficou abaixo do orçamentado em 34.166,24 euros.

**Quadro n.º 10**  
**Outros Rendimentos e Ganhos (Executado vs. Orçamentado)**

RENDIMENTOS	Orçamento	Execução	Desvio	Execução
	2017	2017	Orçamentado	2016
<b>78 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS</b>	<b>13,343.65</b>	<b>17,007.50</b>	<b>3,663.85</b>	<b>17,609.47</b>
781 RENDIMENTOS SUPLEMENTARES	0.00	0.00	0.00	0.00
782 DESCONTOS DE PRONTO PAGAMENTO	0.00	98.66	98.66	73.12
787 RENDIMENTOS E GANHOS INVEST.NÃO FINANCEIROS	0.00	0.00	0.00	0.00
<b>788 OUTROS</b>	<b>13,343.65</b>	<b>16,908.84</b>	<b>3,565.19</b>	<b>17,536.35</b>
7881 CORRECÇÕES RELATIVAS A EXERCÍCIOS ANTERIORES		299.27		1,370.87
7882 EXCESSO DA ESTIMATIVA PARA IMPOSTOS			0.00	
7883 IMPUTAÇÃO DE SUBSÍDIOS PARA INVESTIMENTO	13,343.65	16,165.48	2,821.83	16,165.48
7884 GANHOS EM OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS			0.00	
7885 RESTITUIÇÃO DE IMPOSTOS		444.09	444.09	
7888 OUTROS NÃO ESPECIFICADOS			0.00	

Do quadro anterior, constata-se que a rubrica de Outros Rendimentos e Ganhos ultrapassou o orçamentado em 3.663,85 euros.

## Balanço Analítico

Centro Social de São João do Campo

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO

Unidade Monetária:

Euro

RUBRICAS	Notas	Datas	
		2017	2016
<b>Ativo</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	5	129,663.25	141,804.22
Bens do património histórico e cultural			
Propriedades de investimento			
Ativos intangíveis	6	-	-
Investimentos financeiros		636.28	333.87
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Subtotal		<b>130,299.53</b>	<b>142,138.09</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	7	1,905.70	1,136.57
Créditos a receber	8		
Adiantamentos a fornecedores			
Estado e outros Entes Públicos			
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Outros ativos correntes		495.73	266.88
Diferimentos	9	750.81	2,239.33
Outros Ativos financeiros			
Caixa e depósitos bancários	10	9,313.38	23,118.32
Subtotal		<b>12,465.62</b>	<b>26,761.10</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>142,765.15</b>	<b>168,899.19</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Fundos	11	108,607.03	108,607.03
Excedentes técnicos			
Reservas			
Resultados transitados	2,11	(8,766.20)	(12,444.68)
Excedentes de revalorização			
Outras variações nos fundos patrimoniais	11	26,397.02	42,562.50
Resultado Líquido do período		(7,537.78)	3,678.48
<b>Total do fundo do capital</b>		<b>118,700.07</b>	<b>142,403.33</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos			
Outros passivos não correntes			
Subtotal		-	-
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	12	4,092.54	595.31
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros Entes Públicos	13	2,513.16	2,580.13
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Financiamentos obtidos			
Diferimentos	9	2,428.09	2,311.88
Outros passivos correntes	14	15,031.29	21,008.54
Outros passivos financeiros			
Subtotal		<b>24,065.08</b>	<b>26,495.86</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>24,065.08</b>	<b>26,495.86</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>142,765.15</b>	<b>168,899.19</b>

Centro Social de São João do Campo

São João do Campo

3025-438 Coimbra

## Demonstração dos Resultados por Natureza

### Centro Social de São João do Campo DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	15	85,526.77	85,082.99
Subsídios, doações e legados à exploração	15	88,439.24	97,172.97
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	(29,623.37)	(33,388.97)
Fornecimentos e serviços externos	16	(32,827.19)	(34,766.69)
Gastos com o pessoal	17	(113,509.54)	(104,628.02)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	18	17,007.50	17,609.47
Outros gastos e perdas	19	(2,415.22)	(2,897.31)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>12,598.19</b>	<b>24,184.44</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5,6	(20,135.97)	(20,505.96)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>(7,537.78)</b>	<b>3,678.48</b>
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados			
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>(7,537.78)</b>	<b>3,678.48</b>
Imposto sobre o rendimento do período			
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>(7,537.78)</b>	<b>3,678.48</b>

## Demonstração dos Fluxos de Caixa

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO		Unidade Monetária: Euros	
RUBRICAS	Notas	PERÍODO	
		2017	2016
<b>Fluxos de caixa das actividade operacionais - método directo</b>			
Recebimentos de clientes e utentes		91.469,74	93.001,49
Pagamentos de subsídios			
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamento a fornecedores		(72.584,94)	(71.459,38)
Pagamentos ao pessoal		(113.509,54)	(111.202,96)
Caixa gerada pelas operações		(94.624,74)	(89.660,85)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		89.117,21	92.041,33
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		(5.507,53)	2.380,48
<b>Fluxos de caixa das actividade de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis		(7.995,00)	(189,99)
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros		(302,41)	(164,28)
Outros Ativos			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros Ativos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		(8.297,41)	(354,27)
<b>Fluxos de caixa das actividade de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos			
Realizações de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			
Dividendos			
Reduções do fundo			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		-	-
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		<b>(13.804,94)</b>	<b>2.026,21</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>			
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	10	<b>23.118,32</b>	<b>21.092,11</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	10	<b>9.313,38</b>	<b>23.118,32</b>

## Anexo

### 1. Identificação da Entidade

---

A Centro Social de São João do Campo é uma instituição particular de solidariedade social com sede na Freguesia de São João do Campo, Concelho de Coimbra, Distrito de Coimbra. Esta Instituição presta , relevantes e continuados serviços à comunidade onde se insere através da dinamização de um ATL e de um Centro de Dia com prestação de Serviço de Apoio Domiciliário.

### 2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras do período de 2017 foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março e, republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho; e
- Normas Interpretativas (NI).



### Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

## **3. Principais Políticas Contabilísticas**

---

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

### **3.1. Bases de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

#### **3.1.1. Continuidade:**

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

#### **3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):**

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

#### **3.1.3. Consistência de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

#### **3.1.4. Materialidade e Agregação:**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

#### **3.1.5. Compensação**

Devido à importância dos Ativos e Passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

#### **3.1.6. Informação Comparativa**

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

### 3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

#### 3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os Ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos Ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os Ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos Ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	5 - 20
Equipamento básico	4 - 8
Equipamento de transporte	3 - 7
Ferramentas e utensílios	3 - 7
Equipamento administrativo	2 - 10
Outros activos fixos tangíveis	1 - 4

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada Ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de Ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

### **3.2.2. Ativos Intangíveis**

Os “Ativos intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os Ativos estejam em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Os ativos intangíveis são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso, pelo método da linha reta, o qual corresponde a 3 anos. O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o Ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado Ativo para este Ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

### **3.2.3. Inventários**

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e

proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado. Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis devem ser atribuídos custos individuais através do uso de identificação específica.

Os Inventários que a Entidade detém que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

#### **3.2.4. Clientes e outros ativos correntes**

Os “Clientes” e as “Outros ativos correntes” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

#### **3.2.5. Caixa e Depósitos Bancários**

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

#### **3.2.6. Fornecedores e outros passivos correntes**

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outros passivos correntes” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

### 3.2.7. Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos Ativos após dedução dos Passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

### 3.2.8. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC. As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2014 a 2017 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

### **3.2.9. Benefícios dos empregados**

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Direção. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que são prestados, numa base não descontada, por

contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da Entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorreram.

### **3.2.10. Subsídios e outros apoios de entidades públicas**

Os subsídios e outros apoios de entidades públicas são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Cáritas cumpre todas as condições para o receber.

Os subsídios ao investimento atribuídos a fundo perdido estão reconhecidos em balanço numa rubrica “Fundos Patrimoniais” e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada período, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

### **3.2.11. Fluxos de caixa**

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Entidade classifica na rubrica “Caixa e seus equivalentes” os montantes de caixa e depósitos ordem.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e venda de ativos.



Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, nomeadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a financiamentos obtidos.

### **3.2.12. Julgamentos e estimativas**

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos apresentados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pela Direção foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem, nomeadamente, análises de imparidade nas contas a receber.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva.

### **3.2.13. Eventos subsequentes**

Os eventos ocorridos após a data de Balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existam à data do Balanço são refletidos nas Demonstrações Financeiras. Os eventos após a data do Balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do Balanço, se materiais, são divulgados no Anexo.

### **3.2.14. Principais pressupostos relativos ao futuro**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das

demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

### **3.2.15. Principais fontes de incerteza**

As estimativas de valores futuros que foram reconhecidos nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da Entidade no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados e situações equivalentes de outras entidades do setor, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

## **4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros**

---

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

## 5. Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos indicados, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2017						
	Saldo em 01-Jan-2017	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2017
<b>Custo</b>						
Terrenos e recursos naturais	34,993.99	-	-	-	-	<b>34,993.99</b>
Edifícios e outras construções	266,873.07	7,995.00	-	-	-	<b>274,868.07</b>
Equipamento básico	50,203.50	-	-	-	-	<b>50,203.50</b>
Equipamento de transporte	50,789.30	-	-	-	-	<b>50,789.30</b>
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	3,747.51	-	-	-	-	<b>3,747.51</b>
Outros Ativos fixos tangíveis	4,952.26	-	-	-	-	<b>4,952.26</b>
Outros Ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>411,559.63</b>	<b>7,995.00</b>	-	-	-	<b>419,554.63</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	173,467.45	13,343.65	-	-	-	<b>186,811.10</b>
Equipamento básico	50,203.42	-	-	-	-	<b>50,203.42</b>
Equipamento de transporte	37,384.65	6,792.32	-	-	-	<b>44,176.97</b>
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	3,747.51	-	-	-	-	<b>3,747.51</b>
Outros Ativos fixos tangíveis	4,952.38	-	-	-	-	<b>4,952.38</b>
<b>Total</b>	<b>269,755.41</b>	<b>20,135.97</b>	-	-	-	<b>289,891.38</b>

31 de Dezembro de 2016						
	Saldo em 01-Jan-2016	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2016
<b>Custo</b>						
Terrenos e recursos naturais	34,993.99	-	-	-	-	<b>34,993.99</b>
Edifícios e outras construções	266,873.07	-	-	-	-	<b>266,873.07</b>
Equipamento básico	50,203.50	-	-	-	-	<b>50,203.50</b>
Equipamento de transporte	50,789.30	-	-	-	-	<b>50,789.30</b>
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	3,557.52	189.99	-	-	-	<b>3,747.51</b>
Outros Ativos fixos tangíveis	4,952.26	-	-	-	-	<b>4,952.26</b>
Investimentos em curso	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>411,369.64</b>	<b>189.99</b>	-	-	-	<b>411,559.63</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	160,123.80	13,343.65	-	-	-	<b>173,467.45</b>
Equipamento básico	50,203.46	-	-	(0.04)	-	<b>50,203.42</b>
Equipamento de transporte	30,412.33	6,972.32	-	-	-	<b>37,384.65</b>
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	3,557.52	189.99	-	-	-	<b>3,747.51</b>
Outros Ativos fixos tangíveis	4,952.34	-	-	0.04	-	<b>4,952.38</b>
<b>Total</b>	<b>249,249.45</b>	<b>20,505.96</b>	-	-	-	<b>269,755.41</b>

## 6. Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e de 2016, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2017						
	Saldo em 01-Jul-2017	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 30-Jun-2017
<b>Custo</b>						
<i>Goodwill</i>	-	-	-	-	-	-
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	-	-	-	-	-	-
Propriedade Industrial	1,530.31	-	-	-	-	<b>1,530.31</b>
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>1,530.31</b>	-	-	-	-	<b>1,530.31</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	-	-	-	-	-	-
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	-	-	-	-	-	-

31 de Dezembro de 2016						
	Saldo em 01-Jul-2016	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 30-Jun-2017
<b>Custo</b>						
<i>Goodwill</i>	-	-	-	-	-	-
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	-	-	-	-	-	-
Propriedade Industrial	1,530.31	-	-	-	-	<b>1,530.31</b>
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>1,530.31</b>	-	-	-	-	<b>1,530.31</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	-	-	-	-	-	-
Propriedade Industrial	1,530.31	-	-	-	-	<b>1,530.31</b>
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>1,530.31</b>	-	-	-	-	<b>1,530.31</b>

## 7. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2016	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2016	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2017
Mercadorias	-	-	-	-	-	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1,136.57	33,388.97	-	1,136.57	30,392.50	-	1,905.70
Produtos Acabados e intermédios	-	-	-	-	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>1,136.57</b>	<b>33,388.97</b>	<b>-</b>	<b>1,136.57</b>	<b>30,392.50</b>	<b>-</b>	<b>1,905.70</b>
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				33,388.97			29,623.37
Variações nos inventários da produção				-			-

## 8. Créditos a receber

A 31 de Dezembro de 2017 e 2016, esta conta encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
<b>Vendas</b>	-	-
<b>Prestação de Serviços</b>	<b>85,526.77</b>	<b>85,082.99</b>
Quotizações e Joias	-	227.50
Mensalidades	85,526.77	84,855.49
...	-	-
Royalties	-	-
Dividendos		
<b>Total</b>	<b>85,526.77</b>	<b>85,082.99</b>

Descrição	2017	2016
<b>Subsídios, doações e legados à exploração</b>	<b>88,439.24</b>	<b>97,575.66</b>
Segurança Social	67,920.76	71,330.76
IEFP	13,070.99	9,097.71
Camara Municipal Coimbra	1,883.79	
Outras Entidades	5,563.70	17,147.19
<b>Total</b>	<b>88,439.24</b>	<b>97,575.66</b>

## 9. Diferimentos

A 31 de Dezembro de 2017 e 2016, esta conta encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
<b>Gastos a reconhecer</b>		
Seguros	747,00	539,93
Outros	3,81	1.700,00
...	-	-
<b>Total</b>	<b>750,81</b>	<b>2.239,93</b>
<b>Rendimentos a reconhecer</b>		
Camara Municipal de Coimbra	2.428,09	-
<b>Total</b>	<b>2.428,09</b>	<b>-</b>

## 10. Caixa e Depósitos Bancários

A 31 de Dezembro de 2017 e 2016, esta conta encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Caixa	42,60	663,13
Depósitos à ordem	9.270,78	20.428,98
Depósitos a prazo	-	-
Outros	-	-
<b>Total</b>	<b>9.313,38</b>	<b>21.092,11</b>

## 11. Fundos Patrimoniais

A 31 de Dezembro de 2017 e 2016, esta conta encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2017	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2017
Fundos	108,607.03	-	-	<b>108,607.03</b>
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-
Resultados transitados	(12,444.68)	-	-	<b>(12,444.68)</b>
Excedentes de revalorização	-	-	-	-
Outras variações nos fundos patrimoniais	42,562.50	-	-	<b>42,562.50</b>
<b>Total</b>	<b>138,724.85</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>138,724.85</b>

Descrição	Saldo em 01-Jan-2016	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2016
Fundos	108,607.03	-	-	<b>108,607.03</b>
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-
Resultados transitados	(27,690.87)	15,246.19	-	<b>(12,444.68)</b>
Excedentes de revalorização	-	-	-	-
Outras variações nos fundos patrimoniais	58,727.98	-	(16,165.48)	<b>42,562.50</b>
<b>Total</b>	<b>139,644.14</b>	<b>15,246.19</b>	<b>(16,165.48)</b>	<b>138,724.85</b>

## 12. Fornecedores

A 31 de Dezembro de 2017 e 2016, esta conta encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Fornecedores c/c	4.092,54	595,31
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
<b>Total</b>	<b>4.092,54</b>	<b>595,31</b>

## 13. Estado e Outros Entes Públicos

A 31 de Dezembro de 2017 e 2016, esta conta encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	-
Outros Impostos e Taxas	-	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	-
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	559,13	170,31
Segurança Social	1.954,03	2.409,82
Outros Impostos e Taxas	-	-
<b>Total</b>	<b>2.513,16</b>	<b>2.580,13</b>

#### 14. Outros passivos correntes

A 31 de Dezembro de 2017 e 2016, esta conta encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2017		2016	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
<b>Clientes</b>	-	-	-	-
<b>Pessoal</b>	-	-	-	-
Remunerações a pagar	-	-	-	-
Cauções	-	-	-	-
Outras operações	-	-	-	-
Perdas por Imparidade acumuladas	-	-	-	-
<b>Fornecedores de Investimentos</b>	-	-	-	-
<b>Credores por acréscimos de gastos</b>	-	<b>15.031,29</b>	-	<b>21.008,54</b>
Remunerações a liquidar	-	14.967,43	-	17.959,61
Outros acréscimos	-	63,86	-	3.048,93
<b>Outros credores</b>	-	-	-	-
Outros credores	-	-	-	-
...	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>15.031,29</b>	<b>-</b>	<b>21.008,54</b>

#### 15. Rédito

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2017	2016
<b>Vendas</b>	-	-
<b>Prestação de Serviços</b>	<b>85.526,77</b>	<b>85.082,99</b>
Quotizações e Joias	-	227,50
Mensalidades	85.526,77	84.855,49
...	-	-
<i>Royalties</i>	-	-
Dividendos	-	-
<b>Total</b>	<b>85.526,77</b>	<b>85.082,99</b>

Descrição	2017	2016
<b>Subsídios, doações e legados à exploração</b>	<b>88.439,24</b>	<b>97.575,66</b>
Segurança Social	67.920,76	71.330,76
IEFP	13.070,99	9.097,71
Camara Municipal Coimbra	1.883,79	-
Outras Entidades	5.563,70	17.147,19
<b>Total</b>	<b>88.439,24</b>	<b>97.575,66</b>

Centro Social de São João do Campo

São João do Campo

3025-438 Coimbra



## 16. Fornecimentos e serviços externos

A 31 de Dezembro de 2017 e 2016, esta conta encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
<b>Subcontratos</b>	-	-
<b>Serviços especializados</b>	<b>6.387,23</b>	<b>10.218,50</b>
<b>Materiais</b>	<b>2.692,85</b>	<b>2.983,86</b>
<b>Energia e fluidos</b>	<b>16.001,86</b>	<b>12.891,29</b>
<b>Deslocações, estadas e transportes</b>	-	<b>1,60</b>
<b>Serviços diversos</b>	<b>7.745,25</b>	<b>8.671,44</b>
Rendas e alugueres		
Comunicação	1.181,37	1.197,32
Seguros	2.573,02	1.950,59
Contencioso e notariado		
Despesas de representação		
Limpeza, higiene e conforto	3.204,33	4.691,00
Outros serviços	786,53	832,53
...	-	-
<b>Total</b>	<b>32.827,19</b>	<b>34.766,69</b>

## 17. Benefícios dos empregados

Os órgãos diretivos da Entidade não auferem qualquer remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 foi de 13.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2017	2016
Remunerações aos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações ao Pessoal	91.798,72	76.714,77
Benefícios Pós-Emprego	-	-
Indemnizações	-	-
Encargos sobre as Remunerações	20.201,84	18.674,55
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	1.386,08	968,29
Gastos de Acção Social	-	-
Indemnizações	122,90	8.270,41
<b>Total</b>	<b>113.509,54</b>	<b>104.628,02</b>

## 18. Outros rendimentos e ganhos

A 31 de Dezembro de 2017 e 2016, esta conta encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Rendimentos Suplementares	-	-
Descontos de pronto pagamento obtidos	-	-
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em inventários	-	-
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	-	-
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	-	-
Outros rendimentos e ganhos	17.007,50	17.609,47
<b>Total</b>	<b>17.007,50</b>	<b>17.609,47</b>

## 19. Outros gastos e perdas

A 31 de Dezembro de 2017 e 2016, esta conta encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Impostos	338,03	369,18
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
Dívidas incobráveis	-	-
Perdas em inventários	-	-
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	-	-
Gastos e perdas investimentos não financeiros	-	-
Outros Gastos e Perdas	2.077,19	2.528,13
<b>Total</b>	<b>2.415,22</b>	<b>2.897,31</b>

## **20. Divulgações exigidas por outros diplomas legais**

---

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

## **21. Acontecimentos após data de Balanço**

---

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Coimbra, ??? Março de 2018